

Introdução ao estudo

BENEFÍCIOS DO ENSINO SUPERIOR



Hugo Figueiredo
Miguel Portela
Carla Sá
João Cerejeira
André Almeida
Diogo Lourenço

FIGUEIREDO, Hugo

Professor Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro e investigador do CIPES (Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior). É licenciado em Economia pela Universidade do Porto e doutorado em Ciências Empresariais pela Manchester Business School, Universidade de Manchester. É colaborador do GOVCOPP — Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro e afiliado da Global Labor Organization. A sua investigação centra-se nas áreas da Economia do Trabalho, da Educação e do Ensino Superior.

PORTELA, Miguel

Professor Associado da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Doutorado em Economia pela Universidade de Amesterdão/Tinbergen Institute, na Holanda. É afiliado do NIPE (Núcleo de Investigação em Políticas Económicas), CIPES e IZA, Bona. Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas da Economia do Trabalho e da Educação e Econometria Aplicada.

SÁ, Carla

Professora Auxiliar do Departamento de Economia da Universidade do Minho, investigadora no NIPE e no CIPES. É doutorada em Economia pela Vrij Universidade de Amesterdão/Tinbergen Institute, na Holanda. Os seus interesses de investigação situam-se na interseção da Economia da Educação e da Economia Espacial, nomeadamente no processo de decisão dos estudantes.

CEREJEIRA, João

Professor Auxiliar do Departamento de Economia da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, onde leciona Econometria, investigador integrado do NIPE, colaborador do CIPES e afiliado da Global Labor Organization. É doutorado em Economia pelo Instituto Universitário Europeu (Florença, Itália). As suas áreas de investigação são a Economia do Trabalho e da Educação, nomeadamente o estudo dos retornos sociais da educação, da relação entre educação e transições no mercado de trabalho, e da avaliação de impactos de políticas públicas.

ALMEIDA, André

Foi Bolseiro de Investigação do CIPES. É licenciado e mestre em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Tem desenvolvido investigação nas áreas do Crescimento Económico e dos Benefícios Económicos e Não Económicos da Educação.

LOURENÇO, Diogo

Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e investigador do CIPES. É licenciado e doutorado em Economia pela Universidade do Porto. A sua investigação centra-se nas áreas da Filosofia e Economia, História do Pensamento Económico e Economia da Educação.



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 8.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Novembro de 2017

Director de Publicações: António Araújo

Título: Benefícios do Ensino Superior

Autores: Hugo Figueiredo
Miguel Portela
Carla Sá
João Cerejeira
André Almeida
Diogo Lourenço

Revisão de texto: Susana Vieira

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8863-38-6

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Os autores desta publicação adoptaram o novo Acordo Ortográfico.

A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

Introdução ao estudo

**BENEFÍCIOS
DO ENSINO
SUPERIOR**

Introdução ao estudo

BENEFÍCIOS DO ENSINO SUPERIOR

Hugo Figueiredo

Miguel Portela

Carla Sá

João Cerejeira

André Almeida

Diogo Lourenço

ÍNDICE

Benefícios do Ensino Superior

11	Introdução
	Capítulo 1
13	Do défice de qualificações ao alargamento do acesso ao ensino superior
13	O défice crónico de qualificações em Portugal
14	O ensino superior em Portugal: da expansão à regulação
	Capítulo 2
15	Melhores salários, melhores empregos
15	Benefícios salariais: o debate
16	Benefícios salariais: a nova evidência empírica
18	Benefícios salariais: sistematização da evidência
19	Melhores empregos
	Capítulo 3
21	O dinheiro não é tudo? Os efeitos do ensino superior na saúde, bem-estar, segurança e participação cívica
21	Benefícios não-pecuniários no emprego
22	O ensino superior e a sensação de segurança
22	O ensino superior faz bem à saúde?
23	Ensino superior: promotor da participação e virtudes cívicas
24	Benefícios não económicos do ensino superior: uma análise integrada
25	Conclusão
27	Referências
28	Glossário

Introdução

Quando nos matriculamos no ensino superior, acedemos a muito mais do que a um conjunto de aulas. O conhecimento e desenvolvimento frutos da experiência superior abrem-nos os horizontes, dão-nos acesso a um acervo de bens científicos e culturais até então indisponíveis, granjeiam-nos uma independência e segurança para participar na vida em comunidade que de outra forma não lograríamos e fortalecem-nos as virtudes de regulação da conduta.

Não é, assim, surpreendente que as pessoas que possuem um grau superior se sintam mais satisfeitas com a vida, *lato sensu*. Parte desta satisfação deve-se aos melhores resultados no mercado de trabalho desta população, mas outra parte deve-se às melhores condições de saúde que revelam e à maior confiança nas instituições e nos outros de que gozam. Mas, além de benefícios individuais, a escolarização beneficia toda a comunidade. Indivíduos mais escolarizados tendem a ter menos comportamentos antissociais, auto ou heterodestrutivos e a participar mais ativamente nos diálogos da sua comunidade.

De facto, os benefícios do ensino superior são multidimensionais, são de consumo e de investimento, são individuais e coletivos. Nesta obra, identificamos e medimos de forma rigorosa e sistemática os benefícios do ensino superior para o caso português mostrando, estamos convictos, que *tirar um curso superior compensa*.

Capítulo 1

Do défice de qualificações ao alargamento do acesso ao ensino superior

O défice crónico de qualificações em Portugal

Há pelo menos duzentos anos que Portugal apresenta um défice de qualificações assinalável. As diferenças entre a escolaridade da população em Portugal e a escolaridade da população dos seus congéneres foram crescendo pelo menos até aos anos 1970, altura da Revolução dos Cravos. Portugal foi-se mantendo distante dos seus congéneres até ao final do século passado. Em 2000, com menos de oito anos de escolaridade média, o residente português tinha uma escolaridade semelhante à do residente na Alemanha de 1930 ou na Roménia de 1970. Virámos o milénio com quase um em cada dez portugueses sem saber ler nem escrever.

Apesar do nosso atraso, conseguimos um progresso notável nos últimos anos, tanto ao nível da penetração e aprofundamento da escolaridade, como da sua qualidade. Com o alargamento da escolaridade, o ensino torna-se ele mesmo melhor e mais atrativo, num círculo virtuoso. Por um lado, os alunos de hoje são os pais e educadores de amanhã. Por outro, alunos bons e exigentes são um ingrediente fundamental de uma educação de qualidade, tanto pelo que se torna possível em contexto educativo, como pelas próprias relações entre pares, mais ricas e conducentes à aprendizagem.

Todas estas conquistas merecem o nosso orgulho, mas devem também motivar-nos a continuar o progresso que temos alcançado. Apesar deste, estamos ainda longe de um nível e qualidade de qualificações adequados e sequer semelhantes ao das comunidades que nos são próximas em termos de nível de desenvolvimento. Além disso, encontramos desigualdades importantes: etárias, regionais e por sexo.

O ensino superior em Portugal: da expansão à regulação

Muito do que se foi passando ao longo dos séculos ainda informa o ensino superior em Portugal nos dias de hoje. A história do nosso ensino é caracterizada por mudanças frequentes, pela falta de sistematização e, até muito recentemente, pelo atraso científico e pedagógico das suas práticas e resultados.

Pelo menos até ao final do Estado Novo, o ensino superior era social e regionalmente inacessível. Frequentemente, encontra-se no 25 de abril um momento de rotura na história do nosso ensino superior, de rotura com a sua natureza elitista, de início de um processo de democratização do ensino, aliás, ainda hoje incompleto. De facto, houve uma continuação do crescimento no número de matriculados ao longo das décadas que lhe sucederam, um claro alargamento da base de recrutamento dos estudantes, um aumento da diversidade da oferta formativa e um enriquecimento da provisão de ensino superior nos vários distritos, com o aumento do número de instituições públicas, nomeadamente de politécnicos.

Esta expansão foi exigindo a conquista de vários desafios. Primeiro, desafios relativos à capacidade de formar cada vez mais pessoas. Segundo, desafios relativos à capacidade de as formar com qualidade. Terceiro, e cada vez mais, desafios relativos à sustentabilidade da atual rede de oferta de ensino superior, se considerarmos as alterações demográficas nacionais e regionais que se esperam a médio prazo.

Capítulo 2

Melhores salários, melhores empregos

Benefícios salariais: o debate

Os salários têm sido o foco do debate acadêmico internacional sobre os benefícios da formação superior, bem como aquele que concentra o interesse mediático, a par do desemprego. Em cada período de expansão do ensino superior e ao menor sinal de diminuição da empregabilidade ou dos salários dos diplomados, reanima-se o debate sobre a necessidade de se formar um cada vez maior número de diplomados.

No entanto, o que é surpreendente, considerando o ritmo de expansão que o ensino superior foi experimentando nos países mais desenvolvidos ao longo de décadas, é que não se tenham verificado, pelo menos até ao início do novo milénio, uma descida generalizada dos prémios salariais ou dos retornos associados ao investimento em ensino superior (Oreopoulos and Petronijevic, 2013) ou um aumento substancial dos níveis de sobre-educação (McGuinness, 2006; Leuven e Oosterbeek, 2011). A explicação é simples: a procura de qualificações tem acompanhado o crescimento da oferta. É comum, aliás, olhar para este fenómeno como uma corrida equilibrada, neste caso entre a educação e a tecnologia (Goldin e Katz, 2007).

O panorama parece ter-se tornado mais sombrio desde o início do novo milénio. Em primeiro lugar, os prémios salariais da formação superior face à secundária têm vindo a descer (Beaudry *et al.*, 2016; Valletta, 2017), tendência essa significativamente mais forte entre os diplomados mais jovens (O’Leary e Sloane, 2016), mas que parece poupar os pós-graduados. Em segundo lugar, a dispersão, ou as desigualdades nos benefícios salariais associados à obtenção de formação superior, têm aumentado consideravelmente.

Assim, se os benefícios salariais auferidos pelos diplomados mais bem pagos se têm mantido ou até aumentado, para muitos diplomados as vantagens são cada vez menos evidentes. Isto dito, estas tendências recentes não devem ser interpretadas como corroborando o discurso dos céticos relativamente ao processo de expansão do ensino superior. Longe disso! Obrigam-nos, contudo, a reconhecer que, à medida que o sistema de ensino superior se massifica e diversifica, o risco associado ao investimento numa formação superior tem aumentado, *pari passu* com a concorrência entre diplomados. Por estas razões, devemos adotar uma visão cautelosa que não ignore a heterogeneidade, nem do lado da oferta de qualificações, nem do lado da sua procura.

Benefícios salariais: a nova evidência empírica

Relativamente ao caso português, só com informação rigorosa sobre os benefícios salariais do ensino superior, antes e após a crise, é que podemos combater os mitos que ainda subsistem. Além disso, existe pouco trabalho em Portugal de análise ao período pós-Bolonha, que testemunhou transformações profundas no ensino superior português. Ao mesmo tempo que o sistema apertava os padrões mínimos de qualidade da sua oferta formativa, a implementação do Processo de Bolonha reduziu a duração das licenciaturas, tradicionalmente de quatro e cinco anos, para primeiros ciclos mais curtos, harmonizou os graus concedidos e os tipos de programa em vigor e criou condições para o aumento da oferta de cursos de segundo (mestrado) e terceiro (doutoramento) ciclos. O objetivo global foi o de alinhar e integrar a nossa oferta com a dos nossos congéneres europeus, o de se criar um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES). Criou igualmente mecanismos de resposta mais rápida à evolução da empregabilidade dos cursos e uma maior diversificação dos percursos de formação, já que permitiu que estes pudessem ser feitos parcialmente em diferentes instituições, regiões ou até áreas de estudo. Por outro lado, este período coincidiu também com a chamada “década perdida” da economia portuguesa, e caracterizou-se, em muitos países, pelo aumento da desigualdade entre diplomados e surgimento de novos desafios à sua integração no mercado de trabalho. Neste quadro, e mais recentemente, o debate sobre o excesso de qualificações e a relevância do ensino superior tem-se focado na expansão do número de pós-graduados em Portugal.

O período entre 2006 e 2015 é caracterizado por uma quebra dos salários mensais reais dos diplomados mais jovens. Esta quebra não foi igual para todos os níveis salariais ou de formação superior. Apesar dos cálculos apresentados neste estudo evidenciarem a existência de benefícios salariais da formação superior, sugerem, também, que a prossecução de estudos superiores não traz benefícios salariais para todos. Relativamente às diferenças salariais entre os diversos níveis de escolaridade, é notável que os salários mais baixos dos diplomados do ensino superior, no primeiro decil, sejam praticamente iguais ao salário mediano de um diplomado do ensino secundário. Os dados mostram também que o salário cresce com a experiência, e que o ritmo deste crescimento se tem mantido. Mas revelam também algo curioso: só os diplomados que completaram os seus cursos nos anos de crise sofreram a descida de salários reais que descrevemos. Aliás, aqueles que, em 2010, tinham 5 ou menos anos de experiência, gozavam de salários reais maiores do que os que estavam na mesma situação em 2006.

Apesar de os salários médios serem um excelente indicador preliminar, eles dizem-nos pouco sobre o retorno esperado da decisão de prosseguir estudos superiores. O indicador mais comum para medir os benefícios salariais do ensino superior é o prémio salarial dos diplomados do ensino superior, i.e., a vantagem relativamente ao salário de um diplomado do ensino secundário com as mesmas características observáveis.

Um dos resultados mais importantes deste livro é a manutenção dos prémios salariais para os diplomados de mestrado e doutoramento, por oposição à queda dos prémios para os licenciados e bacharéis. A manutenção dos prémios associados às pós-graduações, sobretudo aos mestrados, é particularmente surpreendente quando se considera o grande crescimento do número de estudantes de segundo ciclo e da proporção de mestres no conjunto dos trabalhadores do setor privado, desde o início da implementação do processo de Bolonha. Uma parte substancial da vantagem dos prémios salariais associados ao ensino superior resulta da assunção de cargos de gestão e do desempenho de profissões especializadas e técnicas. Em particular, as áreas de ciências, tecnologia, engenharias e matemáticas (CTEM) aparecem muitas vezes associadas a melhores resultados no mercado de trabalho.

Se entre os diplomados de primeiro ciclo não se encontram diferenças entre os sexos na evolução dos prémios salariais, houve uma evolução distinta do prémio de pós-graduação para cada sexo. Enquanto, no pós-2010, os

prémios de uma pós-graduação se mantiveram relativamente constantes, se não crescentes, para os homens, já para as mulheres eles baixaram.

Relativamente à evolução dos prémios salariais por nível de experiência, o seu ritmo de crescimento manteve-se semelhante ao longo do período, sem alterações sequer no nível dos prémios das pós-graduações. Já no caso dos primeiros ciclos, observa-se uma quebra no prémio em anos recentes, qualquer que seja a experiência dos diplomados. Além disso, a redução do prémio é completa praticamente desde o primeiro ano de integração no mercado de trabalho e não varia ao longo dos anos de experiência.

Finalmente, a informação mostra que estes foram anos de agravamento nas desigualdades regionais. De facto, a Área Metropolitana de Lisboa e o Alentejo sofreram quebras nos prémios dos primeiros ciclos claramente inferiores às das outras regiões, além de verem os prémios salariais dos pós-graduados aumentar significativamente, enquanto em todas as outras eles diminuíram, por vezes, precipitadamente.

Benefícios salariais: sistematização da evidência

O emprego qualificado em Portugal tem-se transformado tanto ao nível das ocupações como das posições hierárquicas. Se há um importante grupo de profissões que, tanto no passado como agora, emprega uma grande proporção dos diplomados, uma parte significativa dos diplomados está em ocupações que não costumava empregá-los, e que agora dependem de uma estrutura de trabalho jovem e qualificada. Esta recomposição do emprego e das tarefas desempenhadas pelos diplomados não tem, regra geral, diminuído as competências que lhes são exigidas no exercício do seu trabalho.

Como argumentámos em Almeida *et al.* (2016), um fator fundamental do hiato entre os diplomados dos diferentes ciclos de ensino superior é a capacidade dos diplomados de primeiro ciclo conseguirem partilhar contextos de trabalho com pós-graduados. Os nossos resultados sugerem que tem crescido a segmentação entre, por um lado, empregos exclusivamente desempenhados por pós-graduados ou partilhados com diplomados do primeiro ciclo, e empregos em que os diplomados de primeiro ciclo estão isolados ou os partilham com indivíduos com menor escolaridade.

Uma outra segmentação importante no mercado de trabalho português respeita ao tipo de contrato, nomeadamente comparando aqueles com vínculos permanentes com os de outro tipo. Qualquer que seja o nível de ensino, os diplomados que logram um vínculo laboral permanente gozam de prémios salariais superiores. É, também claro que apenas os pós-graduados com contratos permanentes experimentaram uma subida, de resto muito importante, dos prémios salariais. Por outras palavras, confirmamos e reforçamos o diagnóstico comumente avançado de forte segmentação do mercado de trabalho português, salientando agora a importância dos segundos ciclos de ensino superior no acesso a posições mais vantajosas no mercado de trabalho. Os pós-graduados que acedem a empregos estáveis no mercado de trabalho não entram em concorrência direta com os outros segmentos e são alvo de uma procura pelas suas competências que ultrapassa a oferta. Esta é uma das possíveis explicações para a divergência de tendência que observamos e a subida de prémios salariais, apesar da expansão de mestrados e doutoramentos.

Finalmente, uma outra conclusão a que chegámos é a de que, à medida que as diferenças entre diplomados de primeiro ciclo e de ciclos superiores se alargam, as mulheres parecem mais suscetíveis à redução dos prémios salariais. Estas diferenças resultam dos padrões de escolha de áreas de ensino e consequente segregação ocupacional entre homens e mulheres. Há mais homens a aceder a ocupações com uma percentagem elevada de pós-graduados ou a nichos bem remunerados em empregos tradicionalmente pouco qualificados.

Melhores empregos

Quando se discutem os retornos da educação no mercado de trabalho, pensamos de imediato nos salários mais elevados de que os trabalhadores mais escolarizados costumam gozar. No entanto, além dos melhores salários, os indivíduos mais escolarizados beneficiam de taxas de desemprego menores e tendem a cair menos em situações de inatividade.

De facto, são os diplomados do ensino superior os ativos que, entre 1998 e 2016, sofreram uma menor redução na probabilidade de se manterem empregados, quando comparados com indivíduos de escolaridade inferior com o mesmo estado civil, idade e sexo. Apresentavam, também, um risco menor, tanto de ficarem desempregados, como inativos.

Mesmo assim, a crise lançou para a teia do desemprego mais trabalhadores muito escolarizados do que o habitual. As dificuldades em encontrar emprego levaram até ao aumento da emigração de mão-de-obra altamente qualificada. No entanto, mesmo numa situação de desemprego um diploma de ensino superior é uma vantagem. Apesar de a sua situação piorar relativamente a anos anteriores, estes trabalhadores são sempre aqueles que conseguem arranjar emprego mais facilmente quando se encontram desempregados. Curiosamente, são os diplomados do ensino superior que, caindo numa situação de desemprego, têm maior risco de continuar desempregados, sobretudo no pós-2011. Esta aparente contradição resulta de ser menos provável, em situações de perda de emprego, que um diplomado do ensino superior desista de procurar emprego. De facto, os trabalhadores apenas com o ensino secundário gozam de uma menor probabilidade de permanecerem desempregados, mesmo tendo mais dificuldade em encontrar emprego, porque correm maior risco de desistirem de fazer parte da população ativa.

Isto dito, os inativos são um grupo heterogéneo, o que exige uma análise separada e detalhada dos grupos mais relevantes para a nossa discussão, nomeadamente o dos estudantes. Nos anos da crise, a probabilidade de os estudantes encontrarem emprego diminuiu, quer fossem estudantes do ensino superior, quer do ensino secundário. Anos mais recentes revelam alguma recuperação, mas ainda insipiente. Ainda assim, os indivíduos com formação superior apresentam vantagem sobre os outros.

Com o aumento do desemprego, não se estranha também que os estudantes com o ensino secundário e superior tenham vindo a enfrentar dificuldades crescentes em encontrar emprego. Aliás, muitos estudantes deixam de o ser para permanecerem na mesma inativos, apesar de noutra categoria. Nestes casos, há também uma clara vantagem para os estudantes do ensino superior, apesar de esta ter diminuído nos anos mais recentes.

Assim, é claro que o ensino superior oferece às pessoas melhores chances de se manterem empregadas e de evitarem o desemprego ou mesmo a inatividade, quando comparado com o ensino secundário. Estes benefícios estendem-se aos desempregados diplomados pelo ensino superior, que gozam de maior facilidade em encontrar emprego e menor risco de se tornarem inativos. Mesmo no caso da inatividade, os diplomados do ensino superior voltam ao mercado de trabalho mais facilmente. O estudo mais detalhado de um grupo particular de inativos, os estudantes, confirma o benefício da educação superior.

Capítulo 3

O dinheiro não é tudo? Os efeitos do ensino superior na saúde, bem-estar, segurança e participação cívica

Benefícios não-pecuniários no emprego

A escolha de um emprego, a capacidade de o desempenhar e a carreira ao longo de toda uma vida de trabalho têm uma importância que não se esgota na sua função de obtenção de rendimento. Há dimensões de um emprego, muito para além do salário, que são decisivas para o bem-estar. O nosso emprego define, em grande parte, o ritmo e estilo das nossas vidas, ou até as oportunidades de socialização de que dispomos. Está, também, intimamente ligado à realização pessoal e, por vezes, pode mesmo afetar a nossa saúde mental. O sentimento de segurança ou de estabilidade no emprego, o risco associado ao desempenho das funções, o esforço ou desgaste físico, a facilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar, ou o nível de responsabilidade e autonomia exigidos são dimensões valorizadas em si mesmas.

Interessa, assim, estender a análise do capítulo anterior para aspetos não pecuniários do emprego. De facto, verificamos que os diplomados com formação superior gozam de uma maior probabilidade de assumir a responsabilidade de gerir o tempo e as tarefas de outros trabalhadores, e tendem a estar mais convictos de serem capazes de influenciar as decisões da organização em que trabalham.

Os diplomados tendem também a desempenhar trabalhos mais variados e complexos, além de com melhor enquadramento aparente, quer no apoio dos colegas, quer na estabilidade do próprio emprego. Por outro lado, não existem grandes diferenças na intensidade do trabalho realizado entre diplomados do ensino superior e de outros níveis de ensino.

No entanto, alguns dos “novos” empregos de diplomados não assumem a mesma capacidade de influência, grau de autonomia ou acesso a posições de chefia, mesmo que intermédia, quando comparados com empregos “tradicionais”.

O ensino superior e a sensação de segurança

A percepção do risco de crime é uma forma saudável de proteção contra as agressões dos demais. No entanto, uma percepção desproporcionada do risco real tem consequências negativas na qualidade de vida. Os estudos empíricos dos preditores da percepção do risco do crime indicam como relevantes as variáveis que medem a vulnerabilidade, seja física, seja social. Adicionalmente, aqueles que já viveram ofensas físicas ou psicológicas, de modo direto ou indireto (quando a vítima foi alguém próximo) também reportam uma percepção de maior risco.

A relação entre a educação e esta percepção é complexa. Por um lado, indivíduos mais escolarizados têm acesso a mais e melhor informação, o que torna a sua percepção mais próxima do risco efetivo de crime. Por outro lado, indivíduos mais escolarizados têm maiores rendimentos e menor probabilidade de desemprego, o que lhes concede mais recursos para se protegerem do crime, por exemplo, ao possibilitar a escolha de uma zona residencial mais segura.

Para o caso português, os mais escolarizados mostram menos receio de andar sozinhos à noite e de serem vítimas de intrusão no domicílio ou de crime violento, em especial os indivíduos do sexo masculino. Por outro lado, mais escolaridade relaciona-se com mais receio quanto à segurança da comunidade contra fenómenos como ataques terroristas.

O ensino superior faz bem à saúde?

A esperança de vida tem aumentado nos países da OCDE, incluindo Portugal, embora persistam desigualdades, em particular entre os sexos e níveis socioeconómicos. Esse nível é frequentemente aproximado pelo nível de escolaridade. De facto, os portugueses com frequência ou conclusão de um curso superior vivem mais tempo do que aqueles que ficam pela frequência ou conclusão do ensino secundário (DGS, 2015).

Também ao nível das percepções encontramos diferenças. Analisando as respostas dos portugueses inquiridos no Inquérito Social Europeu, encontra-se uma associação positiva entre o nível de escolaridade e a saúde: os indivíduos com ensino superior são aqueles com maior probabilidade de considerar o seu estado de saúde bom ou muito bom. Esta correlação positiva também se verifica no caso da saúde mental. Por exemplo, a probabilidade de se experimentar uma situação de depressão decresce com o nível de escolaridade.

Além disto, quanto maior a escolarização, maior probabilidade de o peso estar dentro da normalidade, de se praticar exercício físico e menor a probabilidade de consumir bebidas alcoólicas. Já no que concerne os hábitos tabágicos, os diplomados tendem a reportá-los com mais frequência.

Em suma, mesmo no caso particular dos portugueses, mais educação está associada a uma melhor percepção da própria saúde e a comportamentos e estilo de vida mais saudáveis.

Ensino superior: promotor da participação e virtudes cívicas

A natureza social do homem exige capacidades que lubrifiquem a interação com os demais. A formação superior influencia a participação política de várias formas (Hoskins *et al.*, 2008; Dee, 2004). Desenvolve, por exemplo as capacidades para pesquisar, selecionar e interpretar informação relevante sobre a ação dos representantes políticos e a consciência das dificuldades de implementação de políticas públicas. Por outro lado, essas capacidades resultam numa melhor avaliação da importância da ação e participação individuais para a própria qualidade das democracias. De facto, encontramos uma probabilidade muito maior exercício do direito de voto no caso dos diplomados do ensino superior. Esta forte associação observa-se também com outras medidas de envolvimento político, como a participação em manifestações ou no assinar de petições. Os diplomados revelam ter também mais interesse em assuntos políticos. Aliás, as classes menos escolarizadas assumem dificuldades no acompanhamento desses assuntos.

Mas as formas de envolvimento cívico e social transcendem a participação política, e incluem a confiança nas instituições e nos demais, bem como a disponibilidade para aceitar e tolerar grupos minoritários. Com base nos dados do Inquérito Social Europeu, calculámos um índice de confiança

interpessoal e um índice de confiança institucional. Concluimos que, em Portugal, o ensino superior está associado a uma maior confiança interpessoal e institucional. Mais, apenas os indivíduos com ensino superior apresentam níveis de confiança institucional acima da média. Relativamente à tolerância à diferença, a investigação recente tem mostrado que ela aumenta com o nível de educação. Em Portugal, os indivíduos menos escolarizados são menos tolerantes em relação à homossexualidade e à imigração.

Benefícios não económicos do ensino superior: uma análise integrada

Toda a nossa investigação converge na conclusão de que um curso superior promove o bem-estar pessoal, enriquece a vivência pessoal e beneficia a comunidade como um todo. Como vimos, a educação superior abre as portas a oportunidades do mercado de trabalho vantajosas, tanto em termos pecuniários como não pecuniários, promove a saúde, tanto objetiva como subjetiva, oferece uma mundividência menos temerosa, desenvolve a confiança nos outros e promove o envolvimento nos assuntos da comunidade. Por outras palavras, além do efeito imediato no bem-estar da educação ela própria, a educação tem também um efeito mediato, ou indireto, ao promover todas essas outras dimensões do bem-estar individual e coletivo (Powdthavee *et al.*, 2015).

De facto, são várias as vias por que a educação afeta o bem-estar individual. O efeito direto da educação superior sobre o bem-estar individual é praticamente nulo em valor absoluto. No entanto, considerando todos os efeitos, sejam diretos, sejam indiretos, o efeito do ensino superior no bem-estar individual, tendo como base de comparação o ensino secundário, é 0.106, numa escala de 1 a 5. Cerca de metade deste efeito resulta do aumento do rendimento que o ensino superior proporciona, enquanto a outra metade deve-se aos vários benefícios não económicos da educação.

Relativamente aos efeitos do ensino superior na vida em comunidade, os resultados sugerem que ele afeta positivamente o grau de satisfação com a democracia e a participação eleitoral. Destaca-se ainda o papel que o ensino superior tem na confiança, que, por sua vez, afeta a satisfação com o funcionamento da democracia. Este efeito indireto é responsável por mais de 80% do efeito indireto total.

Conclusão

A expansão do ensino superior é muitas vezes encarada como uma receita capaz de resolver não só os problemas de baixa produtividade da economia portuguesa, mas também de promover a mobilidade social e diminuir a desigualdade. No entanto, aos primeiros sinais de dificuldades instalam-se as dúvidas sobre os reais benefícios da aposta neste nível de ensino. Neste contexto, uma das mais-valias da investigação académica tem sido a de relativizar medos e a de notar que, em Portugal, a população ativa continua a ser caracterizada por níveis baixos de qualificações.

Pretendemos, antes de mais, que este nosso contributo não seja exceção. Os benefícios individuais do ensino superior, seja no acesso ao emprego, seja em termos de salários, são altos em Portugal quando comparados com os de outros países. Os resultados que fomos apresentando ao longo deste livro continuam a dar-nos garantias de que a massificação do ensino superior é uma estratégia de sucesso. A manutenção das vantagens da escolaridade superior assume-se, de resto, como um dos resultados mais importantes do nosso trabalho.

Não pretendemos, contudo, escamotear que a situação relativa dos diplomados se alterou profundamente ao longo do período que aqui analisámos e, em particular, durante a crise e os anos de austeridade. A função protetora do ensino superior não foi cumprida da mesma forma para todos os diplomados, gerando, durante este período, novas desigualdades.

Do ponto de vista do estudante e das famílias que agora ponderam sobre a sua entrada no ensino superior, não nos parece que estas novas desigualdades ponham em causa a necessidade de continuar a apostar neste tipo de formação. Mas tornam o tabuleiro de jogo muito mais inclinado e competitivo, aumentando o risco desse investimento e, sobretudo, a possibilidade de um desencontro entre expectativas e realidade. Do ponto de vista das políticas de ensino superior, este novo cenário parece exigir novas formas de regulação,

nomeadamente para garantir que é dada a máxima e melhor informação possível aos estudantes e para evitar uma excessiva hierarquização do sistema.

Um dos principais contributos deste livro – talvez o mais original - é o de mostrar que os benefícios individuais do ensino superior vão muito para além das vantagens ditas económicas. A educação superior potencia a valorização em si mesmo de um percurso ativo de emprego e a rejeição da “opção” de inatividade mesmo que isso implique períodos mais longos de procura de trabalho. Também porque parece dar capacidade de aceder e simultaneamente valorizar maiores níveis de autonomia, de iniciativa e responsabilidade no emprego, potenciando mudanças na gestão e no desenho das organizações. Mas também influencia a própria saúde, seja pela adoção de comportamentos mais saudáveis, seja pelas vantagens psicológicas que lhe estão associadas.

Demonstramos igualmente que a educação superior está associada a um conjunto de comportamentos que denominamos de virtuosos do ponto de vista coletivo: maior envolvimento social e político, maior capacidade cognitiva para interpretar fenómenos sociais, maior tolerância, maior confiança nas instituições. Em último grau é de maior qualidade e maior satisfação com a democracia portuguesa que falamos, algo desejável em si mesmo.

Finalmente, o que fomos escrevendo tem implicações na forma como podemos olhar para a aposta que deve ser feita pelas famílias e pelo estado no ensino superior. Demonstramos que a educação superior tem uma pluralidade de efeitos e que, mesmo do ponto de vista individual, os efeitos do ensino superior no bem-estar individual que se fazem sentir via rendimento constituem apenas cerca de metade do efeito total. Uma parte igualmente importante faz-se sentir via melhor saúde e maior capacidade para viver em sociedade. O perigo é o de que um foco excessivo na dimensão pecuniária e individual dos benefícios do ensino superior resulte no subfinanciamento privado ou público do sistema. Esperamos que as páginas deste livro tenham contribuído para desmontar, pelo menos em parte, essa possibilidade.

Referências

- ALMEIDA, A., FIGUEIREDO, H., CEREJEIRA, J., PORTELA, M., Sá, C. E TEIXEIRA, P.N. (2016). Returns to Postgraduate Education in Portugal: Holding on to a Higher Ground?, IZA DP 10676.
- BEAUDRY, P., GREEN, D. A., e SAND, B. M. (2016). The great reversal in the demand for skill and cognitive tasks. *Journal of Labor Economics*, 34(S1), S199-S247.
- DEE, T. S. (2004). Are there civic returns to education?. *Journal of Public Economics*, 88(9), 1697-1720.
- DGS, Direção-Geral de Saúde (2015). A Saúde dos Portugueses. Perspetiva 2015. Direção-Geral da Saúde, Lisboa: Portugal.
- GOLDIN, C. D., e KATZ, L. F. (2007). *The Race Between Education and Technology*. Harvard University Press.
- HOSKINS, B., D'HOMBRES, B., e CAMPBELL, J. (2008). Does formal education have an impact on active citizenship behaviour?. *European Educational Research Journal*, 7(3), 386-402.
- LEUVEN, E., e OOSTERBEEK, H. (2011). Overeducation and mismatch in the labor market. *Handbook of the Economics of Education*, 4, 283-326.
- MCGUINNESS, S. (2006). Overeducation in the labour market. *Journal of Economic Surveys*, 20(3), 387-418.
- O'LEARY, N., e SLOANE, P. (2016). Too many graduates? An application of the Gottschalk--Hansen model to young British graduates between 2001--2010. *Oxford Economic Papers*, 68(4), 945-967
- OREOPOULOS, P., e PETRONIJEVIC, U. (2013). Making college worth it: A review of the returns to higher education. *The Future of Children*, 23(1), 41-65
- POWDTHAVEE, N., LEKFUANGFU, W.N., e WOODEN, M. (2015). What's the good of education on overall quality of life? A simultaneous equation model of education and life satisfaction for Australia. *Journal of Behavioral and Experimental Economics* 54: 10-21.
- VALLETTA, R. G. (2017). Recent Flattening in the Higher Education Wage Premium: Polarization, Skill Downgrading, or Both?. In *Education, Skills, and Technical Change: Implications for Future US GDP Growth*. University of Chicago Press.

Glossário

***i*-ésimo decil** é o valor da variável abaixo do qual estão $i \times 10\%$ das observações, depois de ordenadas e divididas em 10 partes iguais. Por exemplo, se ordenarmos os salários de um conjunto de indivíduos do mais baixo para o mais elevado, o 1º decil corresponde ao valor do salário abaixo do qual se encontram 10% dos indivíduos.

Mediana é o valor da variável que divide ao meio a sua distribuição, depois de ordenadas as observações. Por exemplo, se ordenarmos os salários de um conjunto de indivíduos do mais baixo para o mais elevado, o salário mediano será o valor do salário abaixo do qual se encontram metade dos indivíduos.

Dispersão Salarial refere-se a um maior ou menor distanciamento dos salários dos indivíduos entre si. Um aumento da dispersão salarial entre diplomados, por exemplo, significa que existe menor concentração de casos em torno de valores específicos (por exemplo a média ou outra medida de localização).

Benefícios Pecuniários do Ensino Superior dizem respeito aqueles benefícios que direta ou indiretamente se materializam em aumentos de salários ou rendimento.

Salário Real é o salário ajustado para a inflação. Dito de outra forma, é a quantidade de bens e serviços que o salário auferido permite comprar num determinado momento do tempo.

Prémio Salarial dos diplomados do ensino superior é vantagem relativamente ao salário de um diplomado do ensino secundário com as mesmas características observáveis, nomeadamente os mesmos anos de experiência no mercado de trabalho e o mesmo tipo de vínculo perante o emprego.

Retorno do investimento em ensino superior é a diferença entre os benefícios totais decorrentes do investimento em ensino superior ao longo do ciclo de vida ativa (traduzidos nomeadamente em melhores salários) e os custos desse investimento (por exemplo propinas, despesas de deslocação ou habitação ou os salários não auferidos durante o período de estudo). O cálculo considera valores atualizados para o mesmo momento no tempo e pode ser apresentado como uma taxa anual de rentabilidade do montante investido no período de frequência do ensino superior.

Massificação do Ensino Superior descreve o processo pelo qual a maioria dos indivíduos em idade de frequentar o Ensino Superior decide efetivamente ingressar nesse nível de ensino. Esta massificação implica normalmente uma maior dispersão das características dos alunos, seja em termos inatos, seja dos seus contextos familiares ou das expectativas associadas aos benefícios do ensino superior.

Sobre-educação corresponde a uma situação em que o indivíduo tem um nível de escolaridade superior ao considerado necessário para desempenhar as funções inerentes

à profissão que exerce. A sobre-educação pode ser real (quando o nível de competências do indivíduo é efetivamente superior ao exigido no emprego em questão) ou apenas aparente (quando apenas o nível de escolaridade formal do indivíduo é superior ao da maioria daqueles que exercem as mesmas funções).

Cursos de primeiro ciclo são cursos de ensino superior com duração de 3 anos (ou 4 anos, em alguns casos), que conferem o grau de licenciado. Surgiram na sequência da adequação da oferta do ensino superior português aos princípios da Declaração de Bolonha e substituem as anteriores licenciaturas (oferecidas pelas Universidades) e os bacharelatos (oferecidos por Institutos Politécnicos).

Cursos de segundo ciclo são cursos de ensino superior com duração entre um ano e meio e dois anos que conferem o grau de mestre. Surgiram na sequência da adequação da oferta do ensino superior português aos princípios da Declaração de Bolonha e substituem os anteriores mestrados.

Cursos de terceiro ciclo são cursos de ensino superior com duração entre três e quatro anos que conferem o grau de doutor. Surgiram na sequência da adequação da oferta do ensino superior português aos princípios da Declaração de Bolonha e substituem os anteriores doutoramentos.

População Ativa constitui o conjunto de indivíduos disponíveis para a produção de bens e serviços numa determinada economia. Inclui apenas indivíduos acima de uma determinada idade e que procuram efetivamente trabalho, estando empregados ou desempregados. Crianças, estudantes, reformados, domésticos, incapacitados ou aqueles que optam por não procurar emprego declarado não fazem parte da população ativa.

Segmentação do mercado de trabalho diz respeito a uma situação em que diferentes grupos de trabalhadores (por exemplo diferentes grupos de diplomados) enfrentam pressões competitivas e dinâmicas de procura muito diferentes e, como resultado, uma evolução da sua situação relativa também muito diferenciada (seja em termos de salários ou de exposição a situações de desemprego, por exemplo).

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Coordenadora da Área de Economia: Susana Peralta

Outros estudos

O cadastro e a propriedade rústica em Portugal [2013]

Coordenador: Rodrigo Sarmento de Beires

25 anos de Portugal europeu [2013]

Coordenador: Augusto Mateus

A Economia do Futuro: a visão de cidadãos, empresários e autarcas [2014]

Coordenador: João Ferrão. Publicado em duas versões:
estudo completo e versão resumida

Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspetivas [2015]

Coordenador: Augusto Mateus

Investimentos em infra-estruturas em Portugal [2016]

Alfredo Marvão Pereira e Rui Marvão Pereira

Empresas privadas e municípios: dinâmicas e desempenhos [2016]

José Tavares, Ernesto Freitas e João Pereira dos Santos

Director de Publicações: António Araújo

Conheça todos os projectos da Fundação em www.ffms.pt

Vale a pena investir num curso superior? Será que continua a garantir melhores salários e empregos? Que outros benefícios resultam do ensino superior? Tem efeitos positivos na saúde e no bem-estar individual? Motiva comportamentos positivos do ponto de vista coletivo, capazes de promoverem a participação política, a confiança nos outros e a tolerância à diferença?

Esta obra propõe identificar e medir de forma abrangente, rigorosa e sistemática os benefícios do ensino superior para o caso português. Encara-os como multidimensionais: de consumo e de investimento, individuais e coletivos. Mesmo no contexto cada vez mais competitivo e desafiante para os diplomados, este estudo mostra que investir numa formação superior compensa.

ISBN 978-989-8863-38-6



9 789898 863386